

**“AGORA PARECEME QUE BASTA DE MATRACA DA BAIÁ...”
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM RELAÇÃO AS CARTAS DE
AMIZADE DO 2º MARQUÊS DO LAVRADIO ESCRITAS NA BAHIA,
ENTRE 1768 E 1769¹**

Adriana Angelita da Conceição
Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)
E-mail: adrianaangelitac@yahoo.com.br

Palavras-chave: Cultura Escrita. Correspondência. Manuscrito. Bahia.

Há mais de dois séculos, em fevereiro de 1769, com as expressões que iniciam o título deste trabalho, o português D. Luís de Almeida Portugal, 2º marquês do Lavradio, encerrou uma longa carta destinada ao cunhado, muitas vezes referido como irmão, Manuel Carlos da Cunha e Távora, 6º conde de São Vicente. Eis o trecho da missiva,

Agora pareceme que basta de matraca da Baia | ve tu se nella há alguma
couza em que possa ter a fortuna de | servirte para o que tens prompta a m.^a
amizd.^e com o mayor | gosto. D.^s te G.^e | (LAVRADIO, AN² - Códice 1095,
f. 52).³

Quando Lavradio escreveu essa carta ele completava 10 meses de estada na América. Assim, ao determinar em sua escrita que já não era mais necessário matraquear em relação à Bahia, Lavradio nos indica que o tema principal da missiva era a terra em que passou a viver, após deixar o porto de Lisboa em fevereiro de 1768. Mas, o que levou Lavradio a atravessar o Atlântico?

Ao despedir-se de Lisboa com ventos escassos⁴ e embarcar rumo a mais importante possessão ultramarina portuguesa do momento, D. Luís de Almeida preparava-se para

¹ Pesquisa vinculada ao projeto de doutoramento *A prática de escrita de cartas como dispositivo da arte de governar a colônia - 2º Marquês do Lavradio (séc. XVIII)*, desenvolvido no PPG em História Social da USP, e financiado pela Fundação de apoio à pesquisa do estado de São Paulo – FAPESP.

² Doravante a sigla AN será usada para Arquivo Nacional.

³ As citações das cartas do 2º marquês do Lavradio serão identificadas com o número de localização do códice e do fólio, de acordo com a referência do Arquivo Nacional. Além disso, as citações são de transcrições realizadas com base nas *Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil*, estabelecidas no II Seminário para a História do Português Brasileiro (maio 2008). (In: FACHIN, 2008). Assim, foi definido os critérios de transcrição da correspondência de Lavradio e que estão sendo usados no projeto citado.

⁴ Informação que Lavradio relatou a Tomás de Almeida, Principal Almeida, em carta de 05/05/1768. Códice 1095, f. 1.

obedecer uma ordem real, bem sendo, satisfazer a vontade do rei D. José I em nomeá-lo governador e capitão-general da capitania da Bahia. Assim, ao assumir o governo, no dia 19 de abril de 1769, D. Luís de Almeida principiou suas experiências administrativas na América e com tais palavras relatou ao amigo conde do Prado o início de tal prática,

dezembarquei no dia | Seguinte com todo aquelle aparato que se custuma nestas oca | zioéns, e nessa formalid.º fuy tomar posse do Governo: He este | Lugar m.¹⁰ distincto, porem he de hum trabalho imSeportavel (...) (LAVRADIO, AN - Códice 1095, f. 10v).

Lavradio sabia que assumir um governo ultramarino implicava em riscos, pois ao dirigir a Bahia, ao ser o responsável pela guarda e conversação de um território real, ele colocava diante do rei sua honra. Juntamente a isso, era preciso garantir uma boa administração para que sua reputação fosse mantida e o nome de sua Casa nobiliárquica não fosse maculado. Segundo o historiador Nuno Monteiro, o recrutamento social dos governadores-gerais em meados do século XVIII passou a ser mais seletivo para o Brasil, e após 1714 “todos os subseqüentes governadores e vice-reis nomeados em primeira mão eram ou vieram a ser feitos titulares de Grandeza do reino. Fossem eles primogênitos e sucessores na casa de seus pais” (MONTEIRO, 2001, p. 264). Como foi o caso de D. Luís, e neste ponto, atrelamos sua trajetória a de seu pai, D. Antônio de Almeida Soares Portugal, 1º marquês do Lavradio.

Certamente, quando D. Luís recebeu a nomeação de D. José I e viu-se destinado à Bahia suas impressões não devem ter sido as melhores, embora com frequência enfatizasse que doaria sua vida em nome do rei, como todo setecentista. Então, quais teriam sido as más impressões? Poucos dias após a posse, Lavradio escreveu ao tio Tomás de Almeida, relatando a travessia do Atlântico e suas primeiras sensações na nova terra. Eis um trecho do que constou na carta,

(...) cheyo de bastante mortificação aSesti | a todas as formalid.^{es} do Costume, Sendome necessario | toda a reflexão p.^a vencer a meu animo, e não Sei Se isto basta | porque a memoria que esta terra, e todas estas funcõenz | q me fasem, todas Sam p.^a mim tristeza, e de huma grande Saudade, (...) os Pa | dres que me Esperavaõ me comdoziraõ ao Carneiro em q | Se acha Sepultado o meu Pay e S.^r donde está huma Cape | lla, e alli lhe fez toda a comonid.^e hum Sofragio a que la | aSesti, o Conde de Valadarez e todos os mais q me acompa | nharaõ, e ali confeço a VEx.^a a verd.^e não tive forças, não | poderaõ os meus olhos mais tempo ocultar o que Sentia | o meu Coração, por natureza, e obrigação. he Serto q q.^{do} | Este Governo, não tiveçem p.^a mim cousas que morti | ficaõ, bastaria esta rezaõ p.^a nunca aqui viver Com | tente. | (...) (LAVRADIO, AN - Códice 1095, f. 2v).

D. Antônio de Almeida morreu na Bahia em 1760, seis meses após tomar posse do governo como vice-rei, quando a capital da América lusa ainda tinha como sede a Bahia. Com isso, fica evidente que D. Luís seguiu os passos traçados por seu progenitor, o que era característico das sociabilidades lusas no século XVIII.

Até o momento, estamos a citar trechos de cartas escritas por Lavradio, há mais de 200 anos, sem mencionar ou questionar os processos de produção, difusão, recepção e conservação dessa correspondência, como se elas tivessem permanecido *naturalmente* em *algum lugar* a espera da leitura de um historiador ou historiadora que se interessasse pelo governador da capitania da Bahia nos longínquos anos de 1768 e 1769. Além disso, tais trechos são conhecidos, pois a trajetória de D. Luís que, após governar a Bahia, se tornou vice-rei do Brasil,⁵ está entre os governos mais mencionados pela historiografia luso-brasileira referente ao período colonial, da segunda metade do Setecentos. Portanto, o que pretende este texto? Nós propomos a suscitar questionamentos a respeito dos processos de produção, conservação e difusão de um grupo de correspondência do 2º marquês do Lavradio, no período em que governou a Bahia. Com isso, buscamos uma análise que dialogue com os atuais debates da História Social da Cultura Escrita, sem esquecer das indefinições do conceito, diante da amplitude de sua expressão, já que produzir uma análise envolvida pelas perspectivas da Cultura Escrita não é somente descrevê-la ou interpretá-la, mas, contextualizá-la.⁶

Os fragmentos citados fazem parte do conhecido grupo das *Cartas da Bahia*, ou seja, as cartas de amizade enviadas por Lavradio a amigos e familiares que viviam na colônia, na África ou no reino, enquanto governava a Bahia. O grupo é formado por 139 cartas escritas entre maio de 1768 e outubro 1769. Tais cartas não são inéditas e já foram, algumas vezes, analisadas pela historiografia luso-brasileira, e muitos de seus trechos contribuem para a compressão de inúmeros questionamentos relacionados ao governo e às sociabilidades da Bahia colonial e da América. Entretanto, as *Cartas da Bahia* começaram a ser lidas, especialmente, quando essa correspondência foi transcrita e publicada pelo Arquivo Nacional, saindo ao público em 1972. Por conseguinte, verificamos que após a publicação, tais cartas passaram a ser lidas e analisadas através da edição, e a correspondência em sua materialidade que foi a base das transcrições, raramente, ou nunca, foi mencionada pela historiografia. Como se as cartas produzidas naqueles distantes anos tivessem sido preservadas da maneira

⁵ Lavradio assumiu o posto de vice-rei em novembro de 1769.

⁶ As considerações relacionadas aos estudos da História Social da Cultura estão sendo feitas através da leitura dos seguintes pesquisadores: Roger Chartier, Antonio Castillo Gómez e Fernando Bouza. Conferir referências.

que as lemos na edição de 1972. Portanto, é preciso considerar que não estamos a criticar os trabalhos de edição, já que muitas vezes temos acesso a difíceis documentos através deles e quando nos interessa as informações relatadas, são excelentes opções. Entretanto, quando as perguntas já não podem ser oferecidas pelo relato em si, é necessário estabelecer novas relações entre o documento e o historiador. Mas, antes de apresentarmos o manuscrito analisaremos mais detalhes da edição.

O diretor do Arquivo Nacional em exercício no período, Raul Lima, ao compor a apresentação da edição, enfatizou que o objetivo do trabalho, sete anos após a compra dos documentos, era “a abertura de novo campo de pesquisa para a História do Brasil durante o governo daquele fidalgo na Bahia e no Rio de Janeiro” (LAVRADIO, 1972, p. 2). Assim, ao concretizar o custoso trabalho de edição, o Arquivo oferecia aos historiadores uma documentação inédita e as voltas de se completar o bicentenário dos conflitos entre Portugal e Espanha na América meridional, que coincidiram com o governo de Lavradio, ou seja, o principal objetivo da edição era tornar acessível o conteúdo da correspondência. A apresentação, após uma rápida contextualização biográfica de Lavradio e de seu tempo, passou a enumerar os critérios utilizados na transcrição. Porém, nenhuma informação referente à forma e ao estado do manuscrito foi evidenciada.

Os profissionais que realizaram o trabalho de edição especificaram as cartas da seguinte maneira:

com características de um período de transição e formação da língua, julgamos não nos ser possível, em nosso trabalho, prendermo-nos aos rigores de uma ‘edição diplomática’ – ‘reprodução com *absoluta fidedignidade* (Grifo nosso.) dos originais manuscritos e nem, tampouco, aos métodos e critérios adotados nas chamadas ‘edições críticas’ (LAVRADIO, 1972, p. 2).

Com isso, a edição já anunciava que não seria conservadora e limitava a análise das *Cartas da Bahia* ao conteúdo, e restringia sua utilização a outras áreas do conhecimento, como a linguística. Mas, os editores conheciam as implicações de suas escolhas,

optamos assim conscientemente, por uma posição intermediária, diríamos melhor por um aproveitamento lúcido dos critérios usados nos dois sistemas, dos que nos parecessem mais ajustados a cada situação concreta que se nos apresentasse (LAVRADIO, 1972, p. 2).

Entre os critérios definidos, o primeiro foi a “atualização da grafia, de acordo com o Vocabulário Ortográfico Brasileiro, de Aurélio Buarque de Holanda” (LAVRADIO, 1972, p.

2). Além de, “respeito à pontuação original” (LAVRADIO, 1972, p. 4), desenvolvimento das abreviaturas e, por fim, “demos à emenda de cada documento uma forma gráfica uniforme para melhor apresentação do texto” (LAVRADIO, 1972, p. 5). Desse modo, apresentamos concisamente os critérios utilizados, sem criticá-los, já que partiram de escolhas voltadas ao objetivo da edição. Porém, se nos propormos questões interligadas às indagações da História da Cultura Escrita, algumas lacunas se fazem presentes. Pois não encontramos informações que nos aproximem da escrita setecentista e de sua materialidade.

A apresentação começou com tais palavras: “a aquisição, há alguns anos, pelo Arquivo Nacional, de dois volumes do copiadador das Cartas de Amizade de D. Luís de Almeida Portugal” (LAVRADIO, 1972, p. 2). Com isso, apenas a indicação dos *dois volumes do copiadador* indicam que a edição foi realizada com base no livro de copiadador. Entretanto, informações relacionadas à forma, à estrutura e à organização dos livros foram consideradas irrelevantes e, através da edição não sabemos se são cópias de época, de quantos fólios é formado o livro, dentre outras questões. Portanto, nos concentraremos no propósito deste texto, e assim, apresentaremos o manuscrito que embora tenha seu conteúdo conhecido, tem a sua forma mantida no anonimato.

Quando o Arquivo Nacional comprou as *Cartas da Bahia* elas estavam acompanhadas das *Cartas do Rio de Janeiro*, e reunidas em dois volumes de copiadador Assim, essa correspondência – já que as *Cartas do Rio* também foram editadas em 1975 e 1978⁷ – possuem um histórico antes de serem edições. Tal correspondência chegou aos nossos dias por meio de livros de copiadador, com encadernação de época em capa de couro, medindo 33,5cm de altura e 21,5cm largura, e com a escrita registrada em tinta ferrogálica, como a maioria dos documentos produzidos da Idade Média até fins do século XIX. Portanto, o estudo desse manuscrito nos permite discussões que envolvem (a) a historicidade do documento, (b) a materialidade do livro, (c) inserções nos debates e nas práticas de transcrição e edição de documentos, além (d) dos fatos e dados que as cartas oferecem. Contudo, o intuito de se analisar o manuscrito não é depreciar as edições ou encontrar equívocos, mas compreender que os documentos oferecem mais informações do que aquilo que está explicitado na escrita e do que podemos apreender nas entrelinhas dela.

Atualmente, os livros de copiadador estão registrados sob as cotas 1095 e 1096. A referência 1095 abriga o primeiro livro, formado por 350 fólios e a cota 1096 refere-se ao segundo livro, formado por 150 fólios. Ambos apresentam as mesmas características físicas.

⁷ Conferir referências.

Porém, a cota 1095 está em bom estado de conservação nos primeiros fólios e com maior desgaste nos fólios do meio e do final. E, de forma geral, o livro 1096 está em bom estado, consideravelmente melhor do que o 1095.

Os códices não estão divididos por local de escrita, assim, o códice 1095 agrupa cartas enviadas da Bahia e do Rio de Janeiro, e no 1096 encontramos apenas cartas do Rio. Ou seja, as edições dessas cartas não utilizaram a formação dos códices como critério. A primeira edição das *Cartas do Rio de Janeiro* (1975) transcreveu 95 cartas das 240 pertencentes ao códice 1095, e somente a segunda edição (1978) editou toda a correspondência, ou seja, 240 cartas do códice 1095 e 178 do códice 1096, somando 418 cartas de amizade compostas pelo vice-rei marquês do Lavradio. Além disso, é preciso evidenciar que as edições não informaram as relações entre os códices, o que confunde muitos pesquisadores que imaginam a divisão dos volumes de copiadador entre *Cartas da Bahia* e *Cartas do Rio de Janeiro*.

Para elucidar o que apresentamos acima, organizamos a seguinte tabela:

	Códices 1095 e 1096 – Arquivo Nacional	
	Códice 1095	Códice 1096
Datação	05/05/1768 a 05/07/1772	21/07/1772 a 12/05/1776
Número de fólios	350	150
Total de cartas	379	178
Total de cartas escritas na BA	139	000
Total de cartas escritas no RJ	240	178
TOTAL	557 cartas	

É preciso considerar que as *Cartas da Bahia*, enfoque deste texto, assim como as do Rio, estão reunidas em um copiadador e não são papéis avulsos. Essa informação já nos permite algumas considerações. O 2º marquês do Lavradio selecionou as cartas que foram copiadas, e o livro começado na Bahia (1095) foi continuado no Rio de Janeiro, preenchido até o fólio 349v, pois o 350 e 350v estão em branco. E só após completar o primeiro livro, começou o segundo. No fólio 144 (1095) encontramos a seguinte inscrição, feita no centro da margem esquerda, “Esta carta foi escri | ta, estando ja go | vernando o R.º de | Janr.º |”, sendo esta a única indicação de divisão entre Bahia e Rio de Janeiro.

D. Luís de Almeida optou por registrar no primeiro copiadador, hoje conhecido como 1095, entre as cartas escritas da Bahia, as correspondências enviadas a 53 diferentes destinatários. Sendo José da Cunha Grã Ataíde e Melo, 3º conde de Povolide, o destinatário

com o maior número de cartas, 11 das 139. Nesse sentido, ao sabermos que se trata de um copiadador, podemos ponderar porque Lavradio escolheu tais cartas para registrar e outras, escritas no mesmo período, ficaram fora do copiadador. Eis uma temática que pode nos indicar importantes questões quando às intenções de Lavradio com a preservação de sua memória. Pois se tais cartas não tivessem sido registradas nos copiadadores, certamente não teríamos tido acesso a elas, ou talvez teríamos conhecimento de algumas. Já que partiram da Bahia, ou do Rio, para diferentes pontos da colônia, do reino e da África, e cada destinatário foi o responsável pela conservação ou não da carta recebida. Contudo, ressaltamos a relevância de pensar o documento em sua materialidade (livro de copiadador), historicidade (seleção das cartas que foram registradas) e as informações que ele abriga.

Os diferentes destinatários das *Cartas da Bahia* eram homens que ocupavam cargos públicos no ultramar, no reino e na colônia e faziam parte das sociabilidades de Lavradio, além de alguns familiares diretos como o tio, a sogra, o cunhado, o irmão e os genros.⁸ Os assuntos oscilavam entre percepções relacionadas à vida pública, ou seja, os conteúdos de governo, e as temáticas da vida particular: as ansiedades, as saudades, os estranhamentos diante do diferente. Porém, as cartas que Lavradio escreveu a esposa, Mariana Teresa Rita de Távora, marquesa do Lavradio e aos filhos, não foram registradas nos copiadadores.⁹ Por quê? Será que Lavradio registrou em outro copiadador e que não foi preservado até o presente? Será que Lavradio optou por não manter cópias dessas cartas? Ou ainda, o que indica a ausência de tais cartas nos copiadadores que abrigaram a correspondência de amizade? São questões que a historiografia precisa enfrentar e que podem nos oferecer importantes considerações a respeito das sociabilidades setecentistas nos entornos da prática epistolar. Assim, estamos a esboçar algumas relevâncias quanto à produção, à conservação e à difusão das *Cartas da Bahia*. Porém, o que elas nos dizem da Bahia setecentista?

A capitania da Bahia na segunda metade do século XVIII embora tenha deixado de ser a sede da capital do vice-reino, não perdeu sua primazia no contexto da América portuguesa, tanto que o soldo de um governador da Bahia era superior ao de um vice-rei. Porém, apresentava problemas, como todas as capitanias do Brasil. Em relação ao contexto administrativo e militar, as impressões de Lavradio não foram as melhores. Eis o que compartilhou com o conde do Prado,

⁸ Das 557 cartas, existe apenas uma escrita à irmã, D. Joana.

⁹ Sabemos que tais cartas foram escritas porque Lavradio as mencionou nas cartas enviadas ao tio e aos genros.

Achey a Tropa em mizara | vel estado, as Fortalezas Sumamente aruinadas, e todos el | las desprovidas do q lhes hé necessario, o Comercio bastantem.^{te} | abatido, e dezanimado, as rendas de S Mag.^e m.^{ta} parte delas | postas pela administração da Real faz.^{da}, a Relação e cheya | de parcilid.^{es}, e finalm.^{te} tudo em total confuzaõ, (...) (LAVRADIO, AN - Códice 1095, f. 10v).

Com as observações deste fragmento, repetida em outras cartas, Lavradio sabia que a Bahia precisaria de um governo atuante e dedicado, para que as melhoras acontecessem. O que indica os problemas administrativos da América colonial, diante do enfraquecimento português, das constantes trocas de governadores e das indeterminações de poder que assombravam os administradores coloniais. E as sociabilidades da Bahia, como foram percebidas ao olhar de D. Luís?

Na mesma carta ao conde do Prado, Lavradio expressou,

Este Pays é ardentissimo, as mulheres | tem infinitas Liberd.^e, todas saem á noite Sós andaõ quaze nuas a | pouco mais de meya cintura p.^a Sima, e porque as camizas são fei | tas em tal desgarré, que hum ombro, e peito daquella parte hé neces | sario que ainda aparecendo todo, Saem em chinéllas, e de todo este modés | to preparo podes tu tirar a concluzaõ que se Seguirá, tu neste Pays | não te bastariaõ nem os meus Concelhos, nem o meu modesto ex | emplo, nem finalm.^{te} as tuas esperiencias, para te não aruina | res em breve tempo, (...) (LAVRADIO, AN - Códice 1095, f. 11).

Eis as primeiras percepções de Lavradio diante do diferente. Assim, tais expressões contribuem para pensarmos as relações diante do outro, sem que culturalmente sejam abordadas em escalas de valores, mas percebidas nos encontros de sociabilidades distintas. Esta carta enviada ao conde do Prado é apenas um exemplo entre as 139 que nos oferecem inúmeros detalhes das percepções de um português setecentista diante do *outro*. Durante os primeiros meses na Bahia, Lavradio registrou muitas críticas às formas nas quais a Bahia vinha sendo conduzida e às suas sociabilidades, entretanto, com o passar do tempo Lavradio foi se tornando mais próximo e as críticas tornaram-se mais escassas.

Quando D. Luís foi enviado ao Rio de Janeiro para assumir o posto de vice-rei, a Bahia já deixava de ser o *outro distante* e o Rio tornou-se o diferente. Em uma das primeiras cartas escritas da sede do vice-reino, Lavradio escreveu ao amigo Bernardino Marques¹⁰ tais palavras:

(...) em húa palavra p.^a meu gosto p.^a m.^a Satis | façãõ, mais vale o ricanto menos publico da B.^a | do q esta magnifica Cidade em q me acho, e ainda | q

¹⁰ Capitão de infantaria e auxiliar de guarnição da Praça da Bahia.

por Lá Se tenhaõ descoberto alguns ingratos eses | me não fazem nem faraõ nunca perder o amor que | me devem os meus Baianos, a quem em toda a p.^c | dezejarei Sempre poder ser-lhe de utilidade, (...) hé tam constante a m.^a Paixaõ que hum des | tes dias constando ce me q avia hum Papagayo que | continuam.^e esta repetindo vivas a B.^a o mandei | Logo comprar e o acomodei junto ao meu quarto a q | asisto, porq athe estas vozes me alegraõ, e Lizonjeaõ. | (...) (LAVRADIO, AN - Códice 1095, f. 153).

Ou seja, aquilo que causava estranhamento já era motivo de saudade. Por conseguinte, ao analisarmos o conjunto das 139 cartas encontramos diversos trechos que descrevem o cotidiano da Bahia setecentista, e citá-las excederia os limites deste texto. Assim, com as questões enunciadas apresentamos as intenções desta discussão, bem sendo, evidenciar as problemáticas existentes entre as edições na sua relação com os manuscritos, e o quanto uma documentação que já foi lida diversas vezes ainda pode nos oferecer novos questionamentos. Com isso, o texto aponta questões por serem desenvolvidas, o que a continuidade do estudo buscará contemplar, já que a intenção foi suscitar o debate. E Lavradio que ao chegar a Bahia lamentou as más recordações que a terra o trazia, ao deixá-la lamentou a partida “hé | serto que sempre supus que os Bayános me tinhaõ | devido muito amor, mas nunca emaginei que eles | me deveçem tanta saudade (...)” (LAVRADIO, AN - Códice 1095, f. 151v).¹¹

Fontes

LAVRADIO, Marquês do. *Cartas da Bahia (1768-1769)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1972. (Série Publicações n. 68).

_____. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1770)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975. v. 1. (Série Publicações n. 79).

_____. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1770)*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação e Cultura; Instituto estadual do Livro, 1978.

Referências

BOUZA, Fernando (Coord.). *Cultura epistolar en alta Edad Moderna: usos de la carta y de la correspondência entre el manuscrito y el impreso. Cuadernos de Historia Moderna*. Madrid: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, 2005.

¹¹ Lembramos que Lavradio lamentou deixar a Bahia para seguir ao Rio de Janeiro e continuar na América. Pois constantemente ele enfatizou os anseios por retornar ao reino.

CHARTIER, Roger. *La correspondance: les usages de la lettre au XIX^e siècle*. Paris: Arthème Fayadr, 1991.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. *Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2008.

GÓMEZ, Antonio Castillo. *Historia de la cultura escrita. Del Próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada*. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

_____. *Entre la pluma y la pared: una historia social de la escritura en los siglos de oro*. Madrid: Akal, 2006.

MONTEIRO, Nuno. Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João et al. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.